

O discurso regulador da BNCC para a Educação Escolar Indígena: etnofagia neoliberal e biopolítica/necropolítica como sinônimos

The BNCC regulatory discourse for Indigenous School Education: neoliberal ethnophagy and biopolitics/necropolitics as synonyms

El discurso regulatorio del BNCC para la Educación Escolar Indígena: etnofagia neoliberal y biopolítica/necropolítica como sinónimos

*Adrião da Silva Mendes¹
Sandro Guimarães de Salles²*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17652>

Resumo: As narrativas nacionais neoliberais, ao mesmo tempo em que assumem um discurso de reconhecimento do caráter pluricultural do Estado, investem na manutenção de modelos socioeconômicos que ameaçam a identidade étnica dos povos indígenas. Essa estratégia do indigenismo etnófago reconhece as identidades, mas procura “devorá-las” a partir das suas bases, aniquilando, de modo sutil, sem o uso da violência direta de outrora, o caráter comunitário desses povos. Procuramos aproximar essa dimensão etnológica das políticas neoliberais com a biopolítica, enquanto forma de gestão da população na dinâmica de fazer viver e deixar morrer, ou seja, formas de adequar a vida a certas demandas, criando um valor de utilidade sobre os indivíduos. No contexto da colonialidade, a biopolítica se torna necropolítica, de modo que certos grupos são vistos como selvagens, inferiores e não úteis. Considerando que a Base Nacional Comum Curricular assume o discurso homogeneizante da iniciativa privada, onde é necessário adequar os sujeitos a novas demandas econômicas, nos propomos analisar, no presente artigo, a relação entre etnofagia neoliberal e biopolítica/necropolítica com a BNCC e a Educação Escolar Indígena.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Biopolítica. Necropolítica. Etnofagia neoliberal. Base Nacional Comum Curricular

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6155865409635625>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7276-3301>. Contato: adriao.mendes@ufpe.br

² Universidade Federal de Pernambuco. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4191320222049403>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2398-4770>. Contato: sandro.gsalles@ufpe.br

Abstract: Neoliberal national narratives, while assuming a discourse of recognition of the State's pluricultural character, invest in maintaining socioeconomic models that threaten the ethnic identity of indigenous peoples. This strategy of ethnophagous indigenism recognizes identities, but seeks to “devour” them from their bases, subtly annihilating, without using the direct violence of the past, the community character of these peoples. We seek to bring this ethnophagic dimension of neoliberal policies closer to biopolitics, as a form of population management in the dynamics of making live and letting die, that is, ways of adapting life to certain demands, creating a utility value for individuals. In the context of coloniality, biopolitics becomes necropolitics, so that certain groups are seen as savage, inferior and not useful. Considering that the National Common Curricular Base assumes the homogenizing discourse of the private initiative, where it is necessary to adapt subjects to new economic demands, we propose to analyze, in this article, the relationship between neoliberal ethnophagy and biopolitics/necropolitics with the BNCC and School Education Indigenous.

Keywords: Indigenous School Education. Biopolitics. Necropolitics. Neoliberal ethnophagy. Common National Curriculum Base

Resumen: Las narrativas nacionales neoliberales, si bien asumen un discurso de reconocimiento del carácter pluricultural del Estado, invierten en mantener modelos socioeconómicos que amenazan la identidad étnica de los pueblos indígenas. Esta estrategia de indigenismo etnófago reconoce identidades, pero busca “devorarlas” desde sus bases, aniquilando sutilmente, sin utilizar la violencia directa del pasado, el carácter comunitario de estos pueblos. Buscamos acercar esta dimensión etnofágica de las políticas neoliberales a la biopolítica, como forma de gestión poblacional en las dinámicas de hacer vivir y dejar morir, es decir, formas de adaptar la vida a determinadas demandas, creando un valor de utilidad para los individuos. En el contexto de la colonialidad, la biopolítica se convierte en necropolítica, de modo que ciertos grupos son vistos como salvajes, inferiores e inútiles. Considerando que la Base Curricular Común Nacional asume el discurso homogeneizador de la iniciativa privada, donde es necesario adaptar las asignaturas a las nuevas demandas económicas, nos proponemos analizar, en este artículo, la relación entre la etnofagia y la biopolítica/necropolítica neoliberal con el BNCC y Educación Escolar Indígena.

Palabras clave: Educación Escolar Indígena. Biopolítica. Necropolítica. Etnofagia neoliberal. Base curricular nacional común

1 INTRODUÇÃO

Começamos esse texto descrevendo uma imagem que chocou o Brasil e o mundo em 2021: uma criança Yanomami, de 8 anos,³ extremamente magra, ossos amostra, vítima da desnutrição e da malária. Esse povo, que vive na aldeia Maimasi, em Roraima, convive com vários problemas, sendo a realidade de vários grupos indígenas da Amazônia. Dentre os problemas por eles enfrentados, podemos destacar a desassistência da saúde,⁴ por parte do governo, e o garimpo ilegal. Este, além de destruir o ambiente, fonte de vida para os indígenas, promove a violência com a presença dos garimpeiros. Abrimos aqui um parêntese, lembrando a afirmação do então candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, em 2018, no período de sua campanha, referindo-se à demarcação de terras indígenas: “Se eu assumir como presidente da República, não haverá um

³ Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-17/8-anos-e-12-quilos-a-crianca-com-malaria-e-desnutricao-que-simboliza-o-descaso-com-os-yanomami-no-brasil.html> > Acesso em: 04 abr, 2022.

⁴ Em plena pandemia da covid-19



centímetro a mais para demarcação”⁵. Com sua vitória nas eleições, Bolsonaro homologa, em 2022, um decreto que legaliza o garimpo⁶ na Amazônia. Esses pontos são muito importantes para pensar o contexto político do Brasil no referido governo e o valor da vida de certos grupos ou, como diria Foucault, o poder de fazer viver ou deixar morrer como política de governo sobre a população. Essa lógica é composta pelo valor das pessoas. Estamos falando neste momento sobre a biopolítica de Estado, não mais apenas sobre o poder relacionado ao território. Agora, o poder é sobre a própria vida, calculada através de um valor diante das demandas, muitas vezes do mercado. Neste contexto, surge o racismo de Estado, onde um grupo pode ser eliminado por não ser útil⁷, por causar incômodo ou por ser diferente. No entanto, é necessário avançar além de Foucault, caminhado para os países vítimas da colonização, pois a biopolítica se torna necropolítica, como afirma Mbembe. Dessa forma, certos grupos são vistos como selvagens, inferiores e não úteis, o que leva à ausência de lei criando um estado de exceção. Podemos, portanto, usar essas duas categorias, biopolítica e necropolítica, para entender a violência contra os Yanomami e outros povos indígenas no Brasil e também o discurso fascista de Jair Messias Bolsonaro⁸.

A pergunta que fica é: qual a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Escolar Indígena e a discussão acima? Simples, a BNCC surge como um discurso homogeneizante da iniciativa privada, onde é necessário adequar os sujeitos alunos/as a novas demandas econômicas neoliberais.⁹ Assim, surge a pedagogia da competência e aprendizagens essenciais. Podemos perguntar, nesse contexto, lembrando que a biopolítica trata de um cálculo sobre a vida dos indivíduos, quanto você vale para a economia? Qual seria o valor das tradições, culturas, identidades e lutas políticas dos indígenas para a BNCC, visto que ela parte da racionalidade das competências neoliberais? Também percebemos o emprego de um conjunto de termos, tais como multiculturalismo, interculturalidade, diversidade, diferença, entre outros, para

⁵ Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/>> Acesso em: 04 abr, 2022.

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/14/decreto-que-estimula-mineracao-artesanal-visa-legalizar-garimpo-apontam-ambientalistas.ghtml>> Acesso em: 04 abr, 2022.

⁷ Ver o conceito de capitalismo como segunda natureza e seu processo evolutivo como desenvolvimento social no livro *Neoliberalismo como teologia política: Habermas, Foucault, Dardot, Laval y la historia del capitalismo contemporâneo* (Villacañas, 2020).

⁸ Podemos remeter essas categorias a outros discursos feitos pelo presidente em relação à população em desigualdade socioeconômica, LGBTQIA+, quilombola etc. Porém, damos ênfase, neste artigo, aos discursos feitos sobre os povos indígenas.

⁹ MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. Revista E-curriculum, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/766/76632904006.pdf>> Acesso em: 04 abr, 2022.



dar um caráter multicultural à Base, porém mantendo as assimetrias e desigualdades sociais. Dessa forma, propomos como objetivo do presente artigo analisar o discurso regulador da BNCC para a Educação Escolar Indígena, sobre a ótica da Etnofagia neoliberal e biopolítica/necropolítica.

2 A ORDEM DOS DISCURSOS

As relações humanas constituem processos produtivos de uma realidade, não sendo pacíficos e nem neutros, onde grupos tentam impor suas ideias e saberes. Assim nascem regularidades que ordenam os discursos, ou seja, por que esses discursos em detrimento de outros? São as relações de poder que afirmam esse ou aquele e jogam outros no esquecimento, na periferia dos saberes. O filósofo francês Michel Foucault buscou com sua arqueologia¹⁰ entender como certos discursos se afirmaram como episteme de uma época ou efeito de verdade em um certo momento. Nesse sentido, o autor pergunta: quais são as condições de aparecimento de certos enunciados em certos contextos? Em suas palavras:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição, se eles “fazem sentido” (FOUCAULT, 1987, p. 98-99).

Os enunciados podem ser descritos sobre as condições daquilo que existe. Porém foi produzido arbitrariamente nas relações entre social e linguagem. Não seria, portanto, uma realidade, mas uma produção feita pelos signos humanos. No entanto, o enunciado não é a língua. Ele é necessário à sua existência. Podemos entender os enunciados como aquilo que coloca ordem ou regularidade ao caos. Por exemplo, a ordem que estabelecemos e dá sentido a sistemas numéricos e alfabéticos é por nós naturalizada no convívio social, sem que percebamos. Para Foucault, as coisas não aparecem do nada. As discontinuidades precisam ser organizadas ou reguladas para surgirem e como um discurso em certo contexto histórico:

[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma

¹⁰ Arqueologia diferente de uma linha do tempo que vai para frente, processo evolutivo, ela cava para baixo em busca dos sedimentos formadores das camadas das épocas.



experiência; gostaria de mostrar por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos (FOUCAULT, 1987, p. 56).

Podemos conceber o discurso como aquilo que produz as coisas através de um conjunto de regras que definem os sentidos de verdade de uma dada realidade. No entanto, isso não é um campo pacífico, mas de relações sociais e de poder, onde grupos querem enunciar os seus significados como efeitos de verdade. Desse modo, há lutas pela afirmação de saberes, criando a trindade poder-saber-verdade. Isso não é distinto da BNCC. Esta pretende afirmar certas regularidades para produzir certos discursos como hegemônicos ou universais, no contexto da realidade brasileira. Assim, outros discursos são colocados na periferia. Desse modo, são legitimados o saber estadocêntrico curricular e o apagamento dos saberes curriculares – as realidades do chão da escola e suas pluralidades.

3 A EDUCAÇÃO SOBRE O OLHAR DA BIOPOLÍTICA/NECROPOLÍTICA NOS DISCURSOS DA BNCC PARA A EEI

Para descrever o conceito de biopolítica¹¹, referido nesse trabalho, devemos ir para o ano 1974, em outubro, na cidade do Rio de Janeiro, no espaço da Universidade do Rio de Janeiro, onde Foucault proferia a Conferência sobre Medicina Social. Em síntese, o tema de sua fala alude à medicina alemã, francesa e inglesa, não só como mecanismo de saúde, mas de gerenciamento da população e classificação¹² dos grupos mais pobres, para evitar lutas ou conflitos sociais. Isso justifica a racionalidade sobre esse corpo múltiplo, definido como população. Nisso se desenvolve a biopolítica, para resolver o problema da população em vários sentidos, como político, científico, biológico e sobre o poder. Foucault a define como

[...] toda uma série de intervenções e de *controles reguladores: uma biopolítica da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1988, p. 131, grifos do autor).

¹¹ O conceito de biopolítica foi cunhado por Rudolf Kyellen, em 1905, e outros autores se ocuparam dessa problemática. Porém o conceito tomou mais notoriedade a partir de Foucault.

¹² Prática de produzir dados que levam à produção de saber sobre os indivíduos para melhor gerir a sociedade ou um cálculo sobre a vida da população.



Isso, dito acima, vai ao encontro de um cálculo legitimado pelo poder de fazer viver e deixar morrer, ou seja, o governo cria múltiplos processos de disciplinação sobre as pessoas para produzir um cidadão útil, um valor social. Para determinada sociedade, quanto mais adequada e regulada essa população, mais necessária é sua vida para o sistema¹³. No entanto, os grupos que fogem à norma e homogeneização do valor não são tão lucrativos ao sistema. Dessa forma, podem ser deixados morrer¹⁴. Sobre o biopoder e o capitalismo, Foucault escreve:

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso, foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar (FOUCAULT, 2005, p. 132).

O capitalismo viu uma necessidade de produzir corpos eficientes às suas demandas. Nisso, o biopoder legitima esse processo de subjetivação dos indivíduos. Assim, a legitimação da biopolítica como técnica de poder vai aparecer em todo o corpo social se utilizando das instituições como família, exército, escola, polícia, medicina e administração das coletividades. O poder é deslocado de um centro, podendo atuar como estratégias produzidas pelas instituições, como descrito acima, mas também ser produzido e internalizado pelos sujeitos. Vejamos o que diz Castro-Gómez:

Primero analiza las cadenas de poder en un nivel molecular: la microfísica del poder. Este nivel – llamémoslo local – abarca las prácticas que afectan la producción de la subjetividad e incluye prácticas autónomas en las que los sujetos se producen a sí mismos de forma diferencial (lo que Foucault llama las «tecnologías del yo»), pero también prácticas en las que los sujetos son producidos desde instancias exteriores de normalización (la cárcel, el hospital, la fábrica, la escuela, etc.) (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p.165-166).

Nessa perspectiva, não haveria um lugar de poder ou o poder pertencendo a alguém, mas processos pulverizados na realidade social, que são produtivos sobre nós, ao mesmo tempo em que também fazemos parte dessa produção. Isto é, “O poder não pode obter um domínio efetivo sobre a vida inteira da população a menos que se torne uma função integrante e vital que cada indivíduo abraça e reativa por sua própria conta e

¹³ Aqui, podemos remeter ao sistema global do capitalismo de mercado.

¹⁴ No contexto atual do Brasil, quem tem menos valor são comunidades tradicionais e a população mais pobre. Estas, portanto, não possuem valor lucrativo para o sistema capitalista.



vontade” (PÁL PELBART, 2016, p. 82). A vida se torna o sentido do poder, onde este tenta calcular todas as suas dimensões cognitivas, psíquicas, físicas, biológicas e até genéticas, na proposta de criar um perfil humano, eficiente, com maior valor de mercado para a sociedade capitalista neoliberal.

Queremos apresentar dois aspectos sobre o neoliberalismo discutidos por Foucault, no seu curso Nascimento da Biopolítica, de 1979. No neoliberalismo alemão ou ordoliberalismo, o mercado seria o princípio gerencial de todas as demandas tanto políticas quanto da sociedade:

Ele quer fazer, e claro, que o mercado seja possível. Tem de ser possível se se quiser que desempenhe seu papel de regulador geral, de princípio da racionalidade política. Mas o que isso quer dizer: introduzir a regulação do mercado como princípio regulador da sociedade? (FOUCAULT, 2004, p.200).

Nisso, percebemos a distinção entre o liberalismo clássico, que tinha fobia do Estado e sua extensão restrita ao mercado, e o neoliberalismo, que avança tanto em sistemas políticos quanto na própria sociedade como princípio regulador. O neoliberalismo tem uma característica marcante, que o propósito de produzir subjetividades úteis ao sistema. Segundo Foucault, “O *homo oeconomicus* que se quer reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (2004, p.201). As novas formas de produção e gerenciamento do sujeito estabelecem que os indivíduos trabalhem para empresas como se fosse para si próprio. Dando ênfase a isso, Dardot e Laval concebem o “Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição” (2016, p.325). Nesse sentido, seria necessário os indivíduos desenvolverem suas capacidades, ou melhor, suas competências, como propõe a teoria do Capital Humano, desenvolvida pelos neoliberais norte-americanos. Assim, competência seria um capital de aptidões físicas e psicológicas, que retornariam em uma renda ou salário. Pode ser compreendida como um desenvolvimento de certos aspectos para ganho econômico dentro do mercado, ou seja, a construção de empresários de si mesmos (FOUCAULT, 2004).

Trazendo a discussão das competências para o campo da educação, principalmente do currículo, nos deparamos com competências que devem ser interiorizadas pelos alunos/as em toda educação básica. Para Lopes e Macedo (2011), seriam comportamentos e habilidades fundamentais, a serem aprendidos para uma área,

isto é, aspectos comportamentais a serem subjetivados nos/as educandos/as. Porém a pergunta que fica é: para que sociedade essas competências querem desenvolver os seres humanos? O discurso mais atual que pode responder essa pergunta é o da BNCC. Ela nos dá pistas, como, por exemplo, a grande influência que exerce sobre ela a iniciativa privada¹⁵. Com efeito, conceitos como empreendedorismo e educação financeira, projetos de vida com grande relação com o mercado de trabalho e entradas de empresas no espaço educacional público estão cada vez mais presentes no cotidiano da educação. Segundo Lemos e Macedo, “[...] o uso do termo competência como organizador da BNCC – independente do deslocamento do campo estrito da economia e da empregabilidade para o da cidadania global – aprisiona a educação a um modelo sistêmico que a descaracteriza (2019, p. 60)”. Nesse sentido, o termo competência remete à dimensão econômica neoliberal, sendo apropriado pela Base como proposta de direitos de aprendizagens essenciais para a cidadania. A educação, nesta perspectiva, perde seu sentido formativo humano, para produzir capital humano neoliberal. Como argumenta Lemos:

Fazendo uso de uma estratégia desconstrutiva, isto é, uma desmontagem dos discursos que parecem hegemônicos e que prometem certa fantasia neoliberal de caminho seguro para a qualidade, como liberdade de empregabilidade e felicidade, conclui que a BNCC não só não vai “melhorar a educação”, como não vai “garantir desenvolvimento e melhor distribuição de renda”; vai apenas tentar controlar aquilo que a autora qualifica com “o imponderável” da Educação, isto é, o imprevisível, muito próprio de qualquer processo educativo, escolar ou não, que se revela como a produção da diferença ou o movimento em que diferimos de nós mesmos por efeito do encontro com o outro, tanto externo como interno a nós mesmos, evidenciando sua ótica pós-estrutural (LEMOS, 2021, p.187).

Aqui, o autor traça o sentido de discursos que, em detrimento de outros, se tornam reguladores e totalizantes de uma realidade. Porém entendemos que um discurso que se diz total sempre esconde uma plenitude ausente. Desse modo, ele coloca para a periferia a multiplicidade discursiva do mundo. Seu esfarelamento acontece quando encontra os outros discursos que criam contradições em sua universalidade e normatividade. A BNCC tem essa característica de um discurso completo em si. No entanto, os fluxos da diferença que pulsam na educação criam rachaduras, formando um mosaico plural das realidades.

Pensando esse mote da diferença no contexto da Educação Escolar Indígena, vemos que BNCC não avança. Pelo contrário, ela prejudica, pois impõe de forma arbitrária uma aprendizagem homogênea, assentada no modelo multicultural neoliberal.

¹⁵ MACEDO (2014).



Lembrando que a formação da competência é para produzir valor de mercado para competição, ou seja, o que está fora dessa lógica não teria um valor. Assim sendo, os valores coletivos, culturais e políticos dos indígenas seriam deixados de lado para uma eficiência do capitalismo, limitando a formação dos/as educandos/as à acumulação de uma subjetividade rentável. A BNCC, portanto, vai na contramão da EEI e seus princípios fundantes. Sobre isso, vejamos a descrição feita por Maher:

Por uma escola indígena específica, diferenciada, intercultural, bilíngüe e de qualidade, tornou-se, hoje, o moto daqueles que, renegando os modelos assimilacionistas, lutam pela implantação de programas de educação escolares que estejam a serviço das comunidades indígenas, e não contra elas (MAHER, 2006, p.23).

Percebemos demandas por uma educação indígena específica, diferenciada, intercultural e bilingue se contrapondo ao modelo homogeneizante ocidental. Acreditamos que o mais importante é acentuar que as escolas indígenas devem estar ligadas às necessidades reais das aldeias, principalmente às lutas políticas – pela saúde, pela demarcação de suas terras etc. Todavia, se a BNCC não se preocupou em ouvir professores/as das redes escolares não indígenas, preocupou-se menos ainda em ouvir os/as professores/as indígenas. Os currículos nacionais foram normatizados através de imposição governamental. Com relação à Educação Escolar Indígena, a BNCC limita-se ao emprego de alguns conceitos-chaves, como diferença e diversidade¹⁶, sem, no entanto, abordá-los com profundidade. Como nos lembra Silva (2014), as questões da identidade e da diferença não se esgotam na posição neoliberal, socialmente aceita e pedagogicamente recomendada, de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Estas são incorporadas pela retórica discursiva neoliberal, em uma estratégia funcional, cujo objetivo é o esvaziamento dos seus sentidos (WALSH, 2009). Surgem, assim, novas formas de manter velhos processos de dominação, manipulação e cooptação. Desse modo, como argumenta Grosfoguel,

[...] passámos do “cristianiza-te ou dou-te um tiro” do século XVI, para o “civiliza-te ou dou-te um tiro” do século XIX, para o “desenvolve-te ou dou-te um tiro” do século XX, para o recente “neoliberaliza-te ou dou-te um tiro” dos finais do século XX e para o “democratiza-te ou dou-te um tiro” do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única aceite e legitimada (GROSFOGUEL, 2008, p.140).

¹⁶ Na BNCC, os dois conceitos aparecem como sinônimos.

O discurso da BNCC se diz a favor da formação para uma sociedade democrática, porém acaba sendo um documento autoritário, uma vez que não concebe a democracia como um espaço de diferentes vozes. Assim, a BNCC se converte em um documento normatizante e homogeneizador das diferenças dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que se vincula aos postulados do individualismo neoliberal de competição, onde os mais aptos vencem. Nesse contexto, consideramos a BNCC um dispositivo biopolítico, assentado na lógica discursiva do multiculturalismo neoliberal. Para Castro-Gómez, a biopolítica seria

[...] una tecnología de gobierno que “hace vivir” a aquellos grupos poblacionales que mejor se adaptan al perfil de producción necesitado por el Estado capitalista y en cambio, “deja morir” a los que no sirven para fomentar el trabajo productivo, el desarrollo económico y la modernización (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p.157).

Essa lógica neoliberal pode ser resumida da seguinte forma: quem é competente, vive; quem não é, vai ser descartado ou deixado morrer à mingua. Quem não conseguir ou não quiser se adaptar às aprendizagens essenciais da Base será, portanto, excluído dessa sociedade de mercado. Assim, haveria um racismo de Estado presente na racionalidade biopolítica da BNCC, que faz da educação cúmplice, legitimando uma formação subjetiva para o mercado e deslegitimando os conhecimentos outros, políticas de luta e organizações comunitárias, todos considerados desnecessários ao neoliberalismo.

Se seguirmos esse pensamento de subjetivação neoliberal na compreensão da BNCC, temos a produção de um sujeito auto-governável, isto é, instituições como a escola têm a função de criar prática de si para os/as alunos/as interiorizarem demandas e necessidades da sociedade de mercado (SILVA, 1996). Podemos dizer que o cidadão da Base não é um sujeito de direitos, mas um consumidor.¹⁷ Nas palavras de Castro-Gómez:

A sujeição ao sistema-mundo já não assegura mediante o controle sobre o tempo e sobre o corpo exercido por instituições como a fábrica ou o colégio, e sim pela produção de bens simbólicos e pela sedução irresistível que estes exercem sobre o imaginário do consumidor. O poder libidinoso da pós-modernidade pretende modelar a totalidade da psicologia dos indivíduos, de tal maneira que cada qual possa construir reflexivamente sua própria subjetividade sem necessidade de opor-se ao sistema (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 92).

¹⁷ El Estado moderno se convierte en un “Estado modesto” que ya no es garante de los derechos ciudadanos, sino de funcionamiento de la economía. Com lo cual se produce una despolitización de las promesas emancipadoras de la modernidade (CASTRO-GÓMEZ, 2019, p.183).



No entendimento do autor, as novas formas de subjetivação são influenciadas pela sedução do consumo e pela auto-regularização para o mercado. Dessa forma, a BNCC se torna uma gerenciadora dessa produção de subjetividade.

Quem fica à margem dessa racionalidade capitalista colonial deve ser exterminado, como no caso do povo Yanomami, mencionado no início deste trabalho. Na Lógica do biopoder, existe a divisão de quem deve viver e quem deve morrer. Com efeito, o poder dos Estados modernos faz a legitimação do território onde existe o direito e o território onde o direito não existe. A legitimidade se dá pela força, ou seja, há um estado de exceção onde as populações não são cidadãos, mas, sim, selvagens das colônias ou Estados-neocolônias¹⁸. Segundo Mbembe, os Estados modernos concordavam entre si que o poder de cada Estado estaria limitado às suas fronteiras. Em troca, não seria reconhecido “nenhuma autoridade superior à sua dentro de suas fronteiras. Por outro lado, o Estado se comprometeria a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao próprio ato de matar” (MBEMBE, 2018, p. 33).

Com o direito fundante, ou melhor, com a falácia de uma metanarrativa de um Estado-nação com princípios homogêneos, protetor dos conflitos, em nome de uma paz perpétua, é continuada a violência e o poder assimétrico que marcaram a colonização dos países latino-americanos. As sociedades que resultaram dessa colonização obtiveram sua independência política “sem que isso implicasse semelhante descolonização das relações de poder” (QUIJANO, 1992, p.74). Os Estados-nação da América Latina surgem, portanto, sob a premissa de salvar, cristianizar ou civilizar os nativos. Nisso, se preciso fosse, poderia se fazer um genocídio de todos selvagens, pois estavam respaldados por logicidades coloniais – inicialmente às leis da Igreja, que autorizavam, por exemplo, as guerras justas, mais tarde a razão universal fundada no iluminismo. Assim, podemos definir os Estados modernos europeus como lugar das leis e as colônias ou Estados-neocolônias como lugar dos Estados exceção das leis, onde a violência é o sistema de gestão, como argumenta Mbembe:

O fato de que as colônias podem ser governadas na ausência de lei provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Aos olhos do conquistador “vida selvagem” é apenas outra forma de “vida animal”, uma experiência assustadora, algo radicalmente

¹⁸ Primeiro, os Estados-nacionais periféricos na América Latina e, sobretudo, no Caribe, são colônias disfarçadas, isto é, neocolônias. As independências no terceiro mundo, nos últimos 100 anos, nunca mexeram nas hierarquias globais criadas por 400 anos de colonização europeia no mundo. Os países periféricos seguem subordinados no que se refere à divisão do trabalho e no sistema interestatal ao domínio econômico, político e militar dos estados e corporações metropolitanas (GROSFUGUEL, 2012, p.346).

outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão (MBEMBE, 2018, p. 35).

A inferiorização dos nativos os insere em um estado de violência e morte, onde a lógica é a de necropolítica, legitimada pela suposta supremacia branca, frente às raças consideradas descartáveis. Podemos fazer um paralelo entre a biopolítica do fazer viver grupos úteis e deixar morrer grupos não úteis, no contexto do racismo de Estado. Se pensarmos uma biopolítica/necropolítica na racionalidade do neoliberalismo, podemos afirmar uma segunda natureza, onde os mais aptos sobrevivem e os considerados inferiores são eliminados. Dessa maneira, surge uma seleção “natural” ou de mercado para o melhor desenvolvimento social, isto é, uma nova prática de racismo na lógica da competição (VILLACANÃS, 2020).

Na perspectiva enunciada acima, as competências e o projeto de vida da BNCC se convertem em um mecanismo para gerenciar ou adequar os indivíduos a esse processo que se pretende “evolutivo”. Isso vai ao encontro dos argumentos de Laval e Dardot, para os quais haveria “uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual” (2016, p. 341). Assim, as formas de vida, lutas políticas e culturas dos povos indígenas não teriam um valor referencial para Base, já que o currículo teria um valor último em competências para preparar para a biopolítica/necropolítica de competição de mercado. Nesta perspectiva, sobrevivem os grupos que melhor se adaptarem à lógica do capitalismo neoliberal, enquanto os outros serão descartados.

4 O DISCURSO DA ETNOFAGIA NEOLIBERAL DA BNCC PARA EEI

Com o novo cenário da globalização neoliberal, se rearticulam as ideias de nação, cultura e identidade. Assim, a globalização se caracteriza por articular, em nível global, as fronteiras locais, ligando comunidade e organizações, criando novos espaços-tempo (HALL, 2019). As sociedades e os seus grupos não são mais tão bem delimitados. Haveria uma flexibilização das identificações como cultura nacional, sobretudo com o advento das relações capitalistas e de mercado internacional, como nos diz Hall:

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas – como “consumidores” para os bens, “clientes” para o mercado de serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas



das outras no espaço e no tempo. À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e infiltração cultural (HALL, 2019, p.42).

Podemos, então, afirmar que as novas formas de mercado, a partir da globalização, vão além de bens e serviços, pois estão vinculadas a processos de fluxos culturais que redesenham as identidades nacionais. Assim, “globalização econômica e globalização cultural articulam-se sem que a primeira constitua elemento da segunda” (MOREIRA; MACEDO, 2002, p. 6).

Contrariando previsões de que a globalização cultural iria tornar o mundo um só lugar ou de certa hegemonia econômica e política, diferentes grupos refletem valores transnacionais, mas também das culturas locais. Isso faz com que a globalização neoliberal se reconfigure com culturas e identidades locais. Como nos diz Hall:

Há, justamente com o impacto do “global, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos “de mercado), na verdade, explora a diferença local. Assim, ao invés de pensar no global como substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “global” e o “local” (HALL, 2019, p.45).

Os processos de globalização não têm intensão de apagar o local, mas criar uma demanda de mercado sobre esse. O local, no entanto, não é o mesmo com as identidades enraizadas e bem delimitadas, sendo agora ligadas à lógica da globalização. Nesse sentido, haveria uma produção de novos discursos, criando novos significados, simultaneamente, para as identificações globais e locais. Esse processo de mercadologização das identidades e culturas promoveria seu esvaziamento político, uma vez que assume uma pluralidade onde não pode haver lutas e resistências sobre as demandas da globalização neoliberal. Essa nova forma de cooptação das identidades, sobretudo pela sedução de mercado, se distanciaria das antigas práticas de destruição direta das minorias étnicas. Héctor Díaz-Polanco descreve esses novos métodos como etnofágicos. Vejamos o autor:

No se busca la destrucción mediante la negación absoluta o el ataque violento de las otras identidades, sino su disolución gradual mediante la atracción, la seducción y la transformación. Por tanto, la nueva política es cada vez menos la suma de las acciones persecutorias y de los ataques directos a la diferencia y cada vez más el conjunto de los imanes socioculturales y económicos desplegados para atraer, desarticular y disolver a los grupos diferentes. En síntesis, “la etnofagia es una lógica de integración y absorción que corresponde a una fase específica de las relaciones interétnicas [...] y que, en su globalidad, supone un método



qualitativamente diferente para assimilar y devorar a las otras identidades étnicas” (DÍAZ-POLANCO, 2005, p.3).

O neoliberalismo seria, então, uma grande boca aberta, a “digerir o assimilar lo comunitario, engullir o devorar lo ‘outro’” (ibidem). Nessa perspectiva, os governos assumem uma retórica discursiva de reconhecimento e respeito às diferenças e à diversidade, fazendo uso de conceitos como multiculturalismo, diversidade, diferença e interculturalidade. Como mencionamos acima, o resultado seria a aparente preocupação com suas demandas ao mesmo tempo em que esvazia seus sentidos (WALSH, 2009).

Essa falsa valorização das culturas indígenas é comumente expressa pela celebração da diversidade. Quando o general Hugo Banzer assumiu o governo da Bolívia, após um golpe militar, em 1971, as universidades, os partidos de oposição e sindicatos foram por ele fechados, que também não reconheceu as identidades étnicas dos povos indígenas, cujas terras foram confiscadas. A política de Banzer inaugurou um tempo sombrio para os povos indígenas, como os Quechua e os Aymára, que viveram um momento de extrema pobreza. Ao mesmo tempo, a cultura desses povos, suas músicas e danças, foram consideradas pelo Estado como os verdadeiros patrimônios nacionais do povo Boliviano. Em seu artigo Celebrando as diferenças, reforçando a conformidade, Valdimar Hafstein argumenta:

O espetáculo folclórico – celebração colorida da harmonia e do orgulho nacional, através dos seus costumes, suas danças, suas músicas tradicionais – alcançou sua idade de ouro na época em que Banzer ocupou o poder. Aliás, o espetáculo folclórico era a diversão preferida pelas ditaduras, fosse a da Espanha, de Franco; a de Portugal, de Salazar; a do Chile, de Pinochet, ou da Bolívia, de Banzer (2013, p. 18)

As narrativas nacionais neoliberais, portanto, ao mesmo tempo em que assumem um discurso de reconhecimento do caráter pluricultural do Estado, investem na manutenção de modelos socioeconômicos que ameaçam a identidade étnica dos povos indígenas. Essa estratégia do indigenismo etnófago reconhece as identidades, mas procura devorá-las a partir das suas bases, aniquilando, de modo sutil, sem o uso da violência direta de outrora, o caráter comunitário desses povos. Desse modo, o reconhecimento da identidade não afetaria o modelo neoliberal imposto pela globalização (DÍAZ-POLANCO, 2005).

O paradoxo etnófago, portanto, consiste nesse jogo: de um lado, adota-se o discurso de respeito e celebração à diversidade; de outro, assegura-se a manutenção da lógica discursiva do multiculturalismo neoliberal, que promove o epistemicídio e genocídio



dos povos indígenas. Essa estratégia parte da inexistência de uma relação verdadeiramente dialógica, de fala e escuta. Percebemos, portanto, uma estrutura discursiva de poder colonial, cujos significados são dados como regimes de verdade pelo colonizador.

Retornando à BNCC, vemos que um dos seus fundamentos pedagógicos, apresentados na Introdução, seria o “Foco no desenvolvimento de competências”. A referência à Educação Escolar Indígena aparece, inicialmente, quando o documento menciona seu compromisso com a igualdade, diversidade e equidade. Ao abordar, ainda na Introdução, a complementaridade entre a BNCC e os currículos, bem como o conjunto de decisões que caracterizariam o “currículo em ação”, temos a seguinte advertência:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena Educação, Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2017, p. 17).

A Base aborda a necessidade de entender as organizações curriculares e educações diferenciadas. A regularidade do seu discurso, no entanto, sempre foca em aprendizagem essenciais, sendo definida como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver [...]” (BRASIL, 2017, p. 9). Nessa perspectiva, os conhecimentos curriculares dos povos indígenas podem existir, mas devem ser normatizados pela BNCC, que é legitimada pela pedagogia das competências, que tem sua gestação em uma relação público-privada. Segundo Adrião e Peroni,

Essa aproximação entre governantes e organizações privadas explicita a gestão corporativa da educação pública, modelo sugerido em estudo desenvolvido pela Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (CLADE, 2014), segundo o qual os grupos empresariais privados, não exclusivamente do campo educacional, organizam-se em instâncias de governo ou a estas se articulam, passando a definir políticas educacionais. Consideramos que a elaboração da BNCC representa a expressão mais acabada dessa apropriação da gestão educacional (ADRIÃO; PERONI, 2018, p. 49).

Assim, podemos afirmar que essa normatização e direitos de aprendizagens essenciais são formas de gerenciar as demandas dos setores privados dentro da educação pública. A principal intensão seria produzir uma subjetividade para o mercado. Ainda segundo Adrião e Peroni,



De modo geral, o texto aprovado da BNCC alinha-se a orientações globais assentadas na Estratégia 2020 do Banco Mundial (BM) 'Aprendizagem para Todos Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento' (ADRIÃO e PERONI, 2018, p. 51).

O discurso regulador da BNCC tem uma intenção imperialista global, que atua na formação de sujeitos para o desenvolvimento econômico como fim último da educação. Desse modo, a BNCC não apaga as diferenças, mas as transforma em diversidade de mercado, que pode ser usada a favor da globalização capitalista. Como observa Díaz-Polanco, "la atención a la diversidad se ha convertido en un factor clave para el desarrollo y el éxito comercial de la empresa" (2005, p.8). Conviver com a diversidade é uma competência apontada pela BNCC. O limite dessa tolerância, no entanto, consiste em não modificar as relações de poder assimétricas da estrutura dominante capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não encerrar a discussão, mas para fazer uma síntese e apontar algumas considerações a partir do que foi até aqui discutido, retomamos o objetivo desse artigo: analisar o discurso regulador da BNCC para a Educação Escolar Indígena sobre a ótica da Etnofagia neoliberal e biopolítica/necropolítica. Partimos da premissa da biopolítica como forma de gestão da população na dinâmica de fazer viver e deixar morrer, ou seja, formas de adequar a vida a certas demandas, criando um valor de utilidade sobre os indivíduos. Nesse cálculo, há vidas úteis e vidas inúteis para o Estado neoliberal. A biopolítica produz, através das instituições subjetividades necessárias, as demandas sociais e de mercado. Também discutimos as competências formuladas pela perspectiva do capital humano e como isso se liga à BNCC e sua dimensão universalista.

Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena perde o seu valor em detrimento das demandas enunciativas da Base, principalmente a perspectiva mercadológica, pois os valores culturais e de luta dos povos indígenas não tem significado dentro do discurso capitalista neoliberal. A biopolítica nasce nos territórios coloniais ou Estados-neocolônias como necropolítica, isto é, uma política que legitima a morte sobre as vidas ditas inferiores. Se articularmos uma biopolítica, sua ideia de fazer viver e deixar morrer, com a política de morte da necropolítica, teremos uma biopolítica/necropolítica presente no discurso neoliberal das competências da BNCC, logo que essa afirma a utilidade de quem é competente para aprender conhecimentos essenciais.



A estrutura da globalização neoliberal não atua em destituir as identidades, mas em despolitizá-las, cooptando-as para as demandas de mercado. Com efeito, as demandas de lutas políticas são substituídas pelo consumo e pela competição. Podemos afirmar que essa etnofagia neoliberal caracteriza a BNCC, considerando seu compromisso em legitimar a diversidade da Educação Escolar Indígena, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de sua normatização e das aprendizagens comuns a todos os/as alunos/as da educação básica. Dessa forma, tolera as diferenças dentro da pedagogia das competências, que é uma adequação à racionalidade neoliberal, uma vez que a Base é feita sobre uma relação público-privada, favorecendo demandas de mercado. Nesse contexto, a EEI pode existir, mas dentro de um discurso etnófago neoliberal da comemoração da diversidade, que não ameaça a estabilidade do sistema capitalista e suas assimetrias.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. A formação das novas gerações como campo para os negócios? In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: < <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf> > Acesso em: 01, dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 06, out. 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005. Disponível: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/collect/clacso/index/assoc/D1204.dir/9_CastroGomez.pdf > Acesso em: 04 abr, 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Michel foucault y la colonialidad del poder**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.6: 153-172, enero-junio 2007 Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/396/39600607.pdf> > Acesso em: 04 abr, 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **EL TONTO Y LOS CANALLAS. NOTAS PARA UM REPUBLICANISMO TRANSMODERNO**. Colômbia, Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.



DÍAZ-POLANCO, Héctor. **Etnofagia e multiculturalismo**. Revista Memória, v. 200, pág. 1-13, 2005. Disponível em: https://silo.tips/queue/etnofagia-y-multiculturalismo-diaz-polanco-hector-publicado-en-revista-memoria-n?&queue_id=-1&v=1713746739&u=MTc3LjIwNy41LjE0NA== Acesso em: 06, dez, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**; Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 16.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

GROSGUÉL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Periferia, v. 1, n. 2, 2008. Disponível: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428> > Acesso em: 01, dez. 2021.

GROSGUÉL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas**: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, n. 2, p. 337-337, 2012. Disponível em: < <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86/51> > Acesso em: 04 abr, 2022.

HAFSTEIN, Valdimar. Celebrando as diferenças, reforçando a conformidade. In: SANDRONI, Carlos; SALLES, Sandro Guimarães de (Orgs.). **Patrimônio Cultural em Discussão**: novos desafios teórico-metodológicos. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

LEMOS, Guilherme Augusto Rezende. **Arqueologia como metodologia e biopolítica como discurso**. Práxis Educacional, v. 17, n. 48, p. 178-195, 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8946/6144> > Acesso em: 04 abr, 2022.

LEMOS, Guilherme Augusto Rezende; MACEDO, Elizabeth. **A incalibrável competência socioemocional**. Linhas Críticas, v. 25, p. 57-73, 2019. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/231197943.pdf> > Acesso em: 01, dez. 2021.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MACEDO, Elizabeth; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo. Identidade e diferença**. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Portugal: Porto Editora, 2002.



MAHER, Terezinha Machado. **Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória**. IN:GRUPION, Luís Donisete Benzi(org) **Formação de professores indígenas** : repensando trajetórias . – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte; traduzido por Renata Santos. São Paulo: n-1edições, 2018.

PELBERT, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. Editora Iluminuras Ltda, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados** - USP, v.6, n.16, setembro-dezembro/1992, p: 73- 80.

VILLACAÑAS, José Luis. **Neoliberalismo como teología política**: Habermas, Foucault, Dardot, Laval y la historia del capitalismo contemporáneo. Ned ediciones, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção Social da Identidade e da Diferença. In.: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogia de-colonial: in-surgir, re-existir y re-viver. **Revista "Entre Palabras"**, La Paz, Bolívia, n.3 - n.4, p. 1-29, 2009.

